



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004670-88.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal**  
 Requerente: **Benicio Monteiro Rocha Ltda - Me**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de ação anulatória de débito fiscal, com pedido de tutela provisória de urgência, ajuizada por **Benício Monteiro Rocha Ltda-ME**, contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, alegando que é proprietária do veículo Fiat Freemont, Renavan 00475703766 e que, em razão de dificuldade econômico-financeira, atrasou o pagamento do IPVA do ano de 2016, tendo a requerida inscrito o débito em dívida ativa, protestado o título, inscrito seus dados nos cadastros de proteção ao crédito, bem como bloqueado o veículo para licenciamento. Sustenta que a requerida cobra multa de mora de 100% do valor do imposto em razão da já inscrição na dívida ativa e que reputa abusiva e com caráter de confisco. Requerer a concessão da tutela antecipada, com finalidade de liberar o licenciamento do veículo em questão e suspender a exigibilidade do crédito tributário, bem como para que se determine o cancelamento do protesto realizado. Por fim, requer a procedência dos pedidos para anulação do débito fiscal, ou alternativamente, sejam reduzidos a multa e os juros, referentes ao IPVA do ano de 2016.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 10/35.

Foi indeferida a tutela provisória de urgência (fls. 36/37). Contra essa decisão foi interposto agravo de instrumento (fl. 39), que está pendente de julgamento.

Citada, a requerida não apresentou contestação (fl. 53).

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Inicialmente observo que a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, em decorrência da revelia, não acarreta, necessariamente, os efeitos jurídicos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

almejados pela parte autora.

De fato, os efeitos da revelia são relativos e, em se tratando de ente público, não induzem a procedência do pedido, nos termos do artigo 345, inciso II, do Código de Processo Civil, de modo que os fatos constitutivos do direito da demandante devem ser provados.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do Código de Processo Civil, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Trata-se de ação anulatória de débito fiscal movida em razão de cobrança indevida da multa moratória, na qual entende a requerente estar configurada prática abusiva por parte da requerida.

No tocante à multa de mora, o artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 13.296/2008 estabelece:

"Artigo 27 - O imposto não recolhido no prazo determinado nesta lei estará sujeito a acréscimos moratórios correspondentes a 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), calculados sobre o valor do imposto. Parágrafo único - Após a inscrição em dívida ativa, os acréscimos moratórios corresponderão a 1 (uma) vez o valor do imposto."

O C. Supremo Tribunal Federal e o E. Superior Tribunal de Justiça estabeleceram entendimento no sentido de que a abusividade da multa só se revela quando arbitrada acima de 100% do valor do tributo devido. Neste sentido:

"ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. IPVA ATRASADO. INCIDÊNCIA DE MULTA DE 100% SOBRE O VALOR DA EXAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONFISCO. I - A multa aplicada no campo tributário deve seguir os mesmos princípios existentes para este ramo do direito, pois, apesar de não ser tributo, restringe o mesmo direito fundamental que este, que é a propriedade. Assim, a proibição contida no art. 150, IV, da Constituição Federal, de instituição de tributo com efeito de confisco, também se aplica às multas decorrentes da exação. Precedente do STF: ADI n. 1075/MC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJ de 24/11/2006. II - Não configura confisco, entretanto, a aplicação de multa de 100% sobre débito de IPVA, visto que a alíquota deste imposto, incidente sobre o valor venal do veículo, atinge parcela pouco



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

expressiva do bem. III - Recurso ordinário impróprio". (RMS 29302/GO, Min. Francisco Falcão, j. 16.6.2009).

Neste sentido também já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

**EXECUÇÃO FISCAL.** Débito de IPVA. Rejeição de exceção de pré-executividade. Pretendida redução de juros e multa moratória. Incidência de multa de 100% do valor do tributo, a partir da inscrição em dívida ativa e de juros sobre a multa. Possibilidade. Artigos 27 e 28, da Lei nº 13.296/2008. Não violação dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e proibição de confisco. Precedentes do STF e do STJ. Decisão confirmada. Recurso não provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2040945-68.2018.8.26.0000; Relator (a): Coimbra Schmidt; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Público; Foro de Sorocaba - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 25/06/2018; Data de Registro: 02/08/2018).

Assim, não se vislumbra inconstitucionalidade ou abusividade na multa de até 100% do valor do débito inscrito em dívida ativa.

Quanto à possibilidade de incidência de juros sobre as penalidades, a Lei nº 13.296/2008 dispõe:

"Artigo 28 - O montante do imposto recolhido a destempo fica ainda sujeito a juros equivalentes, por mês, à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente.

§ 5º - Os juros serão calculados sobre os acréscimos moratórios e também sobre os valores das penalidades."

Ora, sendo a multa pecuniária dívida de valor, seu inadimplemento atrai as regras da mora, sendo lícita e justa a incidência de juros pelo período em que, constituída e exigível a dívida, deixa o devedor de solvê-la.

Ante o exposto, julgo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil e IMPROCEDENTE o pedido.

A presente sentença é proferida, ainda que o cadastro no SAJ esteja diferente, pelo Juizado da Fazenda Pública, afeto a esta mesma unidade judicial (art. 600, I das NCGJ), vez que o Juizado da Fazenda Pública é o competente para o processo e julgamento da presente causa nos termos do art. 2º, caput da Lei nº 12.153/2009,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

competência esta absoluta como dispõe o § 4º do mesmo dispositivo legal.

**Se o presente feito não estiver atribuído, no SAJ, ao JEFAZ, providencie a serventia a necessária redistribuição, ficando as partes advertidas de que, doravante, todas as regras processuais observarão o sistema do Juizado, inclusive forma de intimação, prazo para recurso e contagem de prazo em dias corridos.**

Sem verbas sucumbenciais (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

Certificado o trânsito em julgado, nada sendo requerido, com os registros devidos, independentemente de nova conclusão, arquivem-se os autos, com as cautelas legais, observadas as NSCGJ/SP.

**P. I.**

São Carlos, 30 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**